



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**REGULAMENTA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE  
CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA, NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU.**

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**CONSIDERANDO** que a mesma Lei nº 14.133/2021 impõe a necessidade de planejamento no processo de contratação pública, trazendo, em seu bojo, a figura do planejamento como um princípio a ser observado;

**CONSIDERANDO**, também, que aquela Lei estabeleceu que no processo licitatório deverá ser observado o planejamento, por meio da elaboração de Plano de Contratações Anual - PCA, o qual tem como objetivos racionalizar as contratações, alinhar o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

**CONSIDERANDO**, ainda, de acordo com a Lei de Licitações acima mencionada, que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual - PCA e com as leis orçamentárias sendo, portanto, documento imprescindível;

**CONSIDERANDO**, por fim, que incumbe ao Município estabelecer normas e procedimentos a fim de regulamentar, na esfera da Administração Pública Municipal, a elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA,

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais e as normas contidas na Lei Orgânica Municipal, e, ainda, encimado nos **considerandos** acima listados, **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica instituído o regulamento para elaboração do Plano de Contratação Anual – PCA do Município de Tomar do Geru, na forma do presente Decreto.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  
OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

**Art. 2º.** Ficam regulamentadas as orientações e diretrizes para a elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA, no âmbito do Município de Tomar do Geru.

**Definições**

**Art. 3º.** Para os efeitos deste Decreto serão adotadas as seguintes definições:

**I** - Documento de Formalização de Demanda - DFD: documento que fundamenta o PCA, em que a unidade administrativa requisitante elabora, informa, evidencia e detalha a necessidade de contratação ou renovação contratual;

**II** - Plano de Contratações Anual - PCA: documento que consolida as demandas que a municipalidade, como um todo, planeja contratar ou prorrogar, no exercício subsequente ao de sua elaboração;

**III** - Setor demandante: unidade administrativa responsável por identificar a necessidade de contratação e/ou renovação do bem, serviço ou obra, e a requerer, por meio de DFD;

**IV** - Ordenador de Despesa: agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizadas no âmbito do órgão;

**CAPÍTULO II  
DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO  
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**Diretrizes e Procedimentos**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**Art. 4º.** Cada setor demandante deverá analisar e consolidar as suas demandas e informar, por meio de DFD, tanto as contratações de custeio, quanto as de investimento que necessitem ser realizadas.

**§1º.** O encaminhamento do DFD depende de autorização do(s) ordenador(es) de despesa(s) da unidade administrativa requisitante, ou de outro servidor formalmente designado.

**§2º.** Serão registrados no PCA os itens referentes a novas contratações e prorrogações contratuais, inclusive em relação aos serviços de natureza continuada.

**§3º.** Além das contratações e prorrogações que pretendam realizar no exercício subsequente, acima mencionadas, também serão incluídas no PCA as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021 e as contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou de doação, convênios e outros instrumentos de repasse.

**§4º.** Não serão incluídas no PCA as demandas urgentes e as emergenciais ou calamitosas, assim entendidas aquelas hipóteses previstas nos incisos VII e VIII do *caput* art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 5º.** Para elaboração do **PCA** o setor demandante preencherá e encaminhará o **DFD** com as seguintes informações:

**I** - justificativa da necessidade da contratação;

**II** - descrição do objeto;

**III** - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

**IV** - estimativa preliminar do valor da contratação;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**V** - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades;

**VI** - grau de prioridade da compra ou da contratação, estabelecido em baixo, médio ou alto, conforme seja a necessidade administrativa para atendimento do interesse público;

**VII** - indicação de vínculo ou dependência do objeto pretendido com a aquisição de outro bem ou contratação de serviço para que seja determinada a sequência em que as contratações serão realizadas; e

**VIII** - nome do setor demandante com a identificação do responsável.

**CAPÍTULO III  
DA FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA, CONSOLIDAÇÃO E ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO  
DE CONTRATAÇÕES**

**Formalização e Consolidação**

**Art. 6º.** Os setores demandantes deverão encaminhar os DFD's devidamente elaborados e preenchidos, atendidos os requisitos do art. 5º deste Decreto, para a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia, até o dia **31/03 (trinta e um de março)** de cada ano-calendário de elaboração do PCA.

**Art. 7º.** Encerrado o prazo previsto no art. 5º deste Decreto, a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia deverá analisar e agregar os documentos de formalização de demanda, adequando e consolidando as demandas encaminhadas por cada setor demandante, durante o período de **1º a 30/04 (primeiro a trinta de abril)** do ano-calendário de elaboração do PCA para formalizar o respectivo Plano, e, após conferência, submeter ao exame da Secretaria de Controle Interno.

**Art. 8º.** Durante o período de consolidação mencionado no art. 6º deste Decreto, a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia elaborará minuta de **Calendário de**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**Contratações**, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação, calendário esse que integrará o PCA.

**CAPÍTULO IV  
DA ANÁLISE, APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PCA**

**Análise**

**Art. 9º.** Até o dia **10/05 (dez de maio)** de cada exercício de elaboração do PCA, a respectiva minuta do plano deverá ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia para análise pela Secretaria Municipal de Controle Interno, de modo a garantir alinhamento com o planejamento estratégico.

**Art. 10.** Constatada a necessidade de alterações na minuta do PCA, a Secretaria Municipal de Controle Interno, mediante despacho fundamentado, devolverá o processo ao Setor de C, indicando, especificadamente, os pontos a respeito dos quais solicita alterações e os parâmetros a serem observados a fim de se promover os ajustes que entender necessários para adequação do PCA.

**Art. 11.** A minuta do PCA deverá ser analisada pela Secretaria Municipal de Controle Interno até o dia **31/05 (trinta e um de maio)** do ano-calendário de elaboração do PCA.

**Aprovação**

**Art. 12.** Após análise pela Secretaria Municipal de Controle Interno, a minuta do PCA será remetida ao(s) Ordenador(es) de Despesa(s), até o prazo previsto no art. 10 deste Decreto, para verificação e aprovação, até o dia **10/06 (dez de junho)** do ano-calendário de elaboração do PCA.

**Parágrafo único.** O(s) ordenador(es) de despesa (s) poderá(ão) reprovare itens constantes do PCA ou, se necessário, devolvê-lo à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia para realizar adequações, em conjunto com o Setor de Compras e, ainda, o setor demandante,



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

devendo ser observada, por todos, a data limite para aprovação estabelecida no *caput* deste artigo.

**Art. 13.** Aprovado o PCA, compete ao Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia elaborar, de forma definitiva, o **Calendário de Contratações** previsto no art. 7º deste Decreto, em consonância com o que foi aprovado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Publicação**

**Art. 14.** Após aprovação pelo(s) Ordenador(es) de Despesa(s), o PCA, e o Calendário de Contratações dele integrante, será publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas** – PNCP, na forma da Lei nº 14.133/2021, e disponibilizado no sitio eletrônico da Prefeitura de Tomar do Geru.

**CAPÍTULO V  
DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DO PCA**

**Revisão e Inclusão, Exclusão ou Redimensionamento**

**Art. 15.** Durante o ano-calendário de sua elaboração, o PCA poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

**I** - No período de **01/10 até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA)** do ano de sua elaboração, para a sua adequação à proposta orçamentária do órgão ou entidade encaminhada ao Poder Legislativo; e

**II** - Nos quinze dias posteriores à publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA, respeitado o ano-calendário, para adequação do PCA ao orçamento aprovado para aquele exercício subsequente.

**§1º.** Nas hipóteses de revisão deste artigo, as modificações no PCA serão aprovadas pela autoridade que o aprovou nos prazos previstos nos incisos I e II do *caput*.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**§2º.** As revisões do PCA deverão ser publicadas na forma do art. 13 deste Decreto a cada ocorrência, de acordo e nos prazos previstos nos incisos I e II do *caput*.

**Alteração**

**Art. 16.** Durante o ano-calendário de sua execução, o PCA poderá ser alterado, por meio de justificativa apresentada pelo responsável ou interessado pela sua alteração, devidamente aprovada pela autoridade competente que o aprovou.

**Parágrafo único.** A alteração do PCA, durante o ano-calendário de sua execução, dar-se-á em decorrência de fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar a sua necessidade, devendo ser publicada na forma do art. 13 deste Decreto, no prazo máximo de 03 (*três*) dias, a cada ocorrência.

**Art. 17.** A aprovação da de crédito suplementar poderá ensejar a alteração do PCA.

**Art. 18.** O Calendário de Contratações será atualizado, e publicado, pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia sempre que houver alteração do PCA.

**CAPÍTULO VI  
DA EXECUÇÃO DO PCA**

**Compatibilização da Demanda**

**Art. 19.** Durante a execução do PCA, a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia observarão se as demandas encaminhadas constam no plano vigente.

**§1º.** As demandas constantes no PCA serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia com a antecedência necessária ao cumprimento da data de contratação pretendida, sempre observado o Calendário de Contratações.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**§2º.** As demandas que não constarem no PCA poderão ensejar a sua alteração, caso justificadas, observado o disposto no art. 15 deste Decreto, se forem aprovadas pelo(s) Ordenador(es) de Despesa(s).

**§3º.** Os setores demandantes poderão, mediante justificativa, solicitar o cancelamento de demandas constantes no PCA, ou solicitar a modificação da data programada para contratação, observado o disposto no art. 15 deste Decreto, desde que devidamente aprovado pelo(s) Ordenador(es) de Despesa(s).

**Relatórios de Riscos e Final**

**Art. 20.** A partir do mês de julho do ano-calendário de execução do PCA, o Secretaria Municipal de Fianças, Planejamento e Economia elaborará relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do plano até o término daquele exercício.

**§1º.** O relatório de riscos terá frequência mínima bimestral e sua apresentação deverá ocorrer, no mínimo, até 30 dias do mês subsequente de cada ano.

**§2º.** O relatório de que trata o §1º será encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia para adoção das medidas de correção pertinentes.

**Art. 21.** Ao término do ano de vigência da execução do PCA, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sanção da LOA do exercício subsequente, será elaborado relatório final para as contratações planejadas e não realizadas, onde serão justificadas quanto aos motivos de sua não consecução, e, se permanecerem necessárias, subsidiarão e poderão ser incorporadas ao plano de contratações referente ao ano subsequente.

**Parágrafo único.** Somente poderão ser incorporadas ao Plano de Contratações Anual do ano subsequente as contratações planejadas e não realizadas por motivos de impropriedade ou incapacidade absoluta, sendo que aquelas não executadas por falta de planejamento ou desídia não seriam consideradas necessárias e, assim, não deverão integrar o referido PCA imediatamente posterior.





**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Orientações Gerais**

**Art. 22.** O Prefeito Municipal poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais, sendo os casos omissos deliberados de acordo com a legislação vigente.

**Art. 23.** O cronograma de orientação para elaboração do PCA, e suas ações, constarão do **Anexo** deste Decreto.

**Art. 24.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**§1º.** Os editais publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto poderão ser adequados aos termos do mesmo, se regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

**§2º.** As licitações cujos editais tenham sido publicados e regidos pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 deverão, necessariamente, observar o disposto neste Decreto.

**Art. 25.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Tomar do Geru/SE, 14 de março de 2023.

**PEDRO SILVA COSTA FILHO**

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO MUNICIPAL 015/2023  
DE 14 DE MARÇO DE 2023**

**ANEXO**

<b>AÇÃO</b>	<b>SETOR</b>	<b>DATA/PERÍODO</b>
Levantamento e Envio de Demandas	Setor Demandante	Até 31/03
Adequação e Consolidação de Demandas e Elaboração de Minuta do Calendário de Contratações	Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia	1º a 30/04
Encaminhamento da Minuta do PCA	Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia.	A partir de 1º até 10/05
Análise da Minuta do PCA	Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Economia/ Secretaria Municipal de Controle Interno e Setor de Licitações	até 31/05
Verificação e aprovação da Minuta do PCA	Ordenador(es) de Despesa(s)	A partir de 1º até 10/06
Elaboração do Calendário de Contratações	Setor de Licitações/Planejamento	Prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir de 1º/07
Revisão – 1º período/Proposta Orçamentária	Secretaria de Administração/Planejamento e/ou Controladoria Municipal e Setor de Licitações	De 01/10 até a aprovação da LOA
Revisão – 2º período/Aprovação da LOA	Secretaria de Administração/Planejamento e/ou Controladoria Municipal e Setor de Licitações	Nos quinze dias posteriores à publicação da LOA, respeitado o ano-calendário
Publicação do PCA Definitivo	Secretaria de Administração/Planejamento e/ou Controladoria Municipal e Setor de Licitações	Imediatamente após os quinze dias relativos ao 2º Período de Revisão, respeitado o ano-calendário